

ELEIÇÕES

Bolsonaro cai entre mais ricos e escolarizados

Inflação alta e má condução da pandemia aumentam a rejeição ao presidente

» INGRID SOARES
» BERNARDO LIMA*

Com planos de reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem visto sua popularidade em queda. As pesquisas de intenções de voto apontam que o chefe do Executivo tem perdido apoio de grupos que foram importantes para a vitória dele no pleito de 2018. Entre as principais queixas dos entrevistados, estão a alta da inflação — que fechou 2021 em 10,06%, maior nível desde 2015, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — e a condução da pandemia, que levou à morte mais de 620 mil pessoas.

A **pesquisa Genial/Quaest**, divulgada nesta semana, mostrou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na liderança com 45%, contra 23% de Bolsonaro. Entre os entrevistados com maior renda (acima de cinco salários mínimos), a avaliação negativa do atual governo cresceu 8%, desde a edição anterior do levantamento, em dezembro. Antes, 44% desse público desaprovava a gestão do presidente, ante 52% em janeiro de 2022.

De acordo com a pesquisa, a alta da inflação é o fator que rende a maior desaprovção a Bolsonaro, com 80% de rejeição dos entrevistados. Apenas 18% aprovam o jeito como o presidente está lidando com o problema — 2% não souberam ou não responderam.

Analista da Consultoria de Risco Político Dharma Politics, Raquel Borsoi observou que a queda de popularidade de Bolsonaro se deve, principalmente, à má gestão da economia em meio à covid-19. “Quando pensamos no que realmente pesa para que o eleitor decida o seu voto, a variável de destaque apontada pela própria pesquisa Genial/Quaest é a economia. Na consultoria, temos uma máxima: ‘Geladeira cheia, voto no governo; geladeira vazia, voto na oposição’”, afirmou.

Para Carolina Botelho, cientista política do Iespe, a recuperação

Alan Santos/PR



Pesquisas mostram que chefe do Executivo tem perdido apoio em grupo estratégico

Entrevistados

A pesquisa Genial Investimentos em parceria com a Quaest, divulgada na quarta-feira, ouviu duas mil pessoas das cinco regiões do país entre os dias 6 e 9 de janeiro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança, de 95%.

da economia é o que poderia dar uma chance de reeleição ao presidente, o que, segundo ela, parece improvável. “A economia é um fator que poderia reverter a condição dele, mas não vem dando sinais de recuperação, pelo menos com o fôlego necessário para uma reeleição. Estamos com índices de inflação e desemprego altos, o poder de compra menor, esta básica encarecida.”

Borsoi destacou que os caminhos da economia nos próximos meses determinarão, “em muito”, o resultado nas urnas. “Sempre há possibilidade de reversão, haja vista que, além de possuir o controle da máquina pública, o

presidente detém o Orçamento para distribuir a seus pares e grupos/categorias que poderão apoiá-lo em outubro, como é o caso dos policiais militares”, observou.

A rejeição a Bolsonaro também cresceu entre os mais escolarizados. Conforme a pesquisa, 54% dos entrevistados com ensino superior incompleto ou mais avaliam negativamente a gestão do presidente. Em dezembro, esse número ficou em 49%.

“Creio que a queda de Bolsonaro em setores mais escolarizados está diretamente relacionada ao fato de que o governo falhou em muitas das demandas

desses setores. De uma maior liberalização da economia, passando pelo rompimento com o compromisso no combate à corrupção e a própria gestão da pandemia. Isso gerou um desgaste, fez com que muitos que votaram em Bolsonaro se desiludissem”, sustentou Borsoi.

O cientista político e diretor da Royal Consultoria e Marketing Político, Rócio Stefson, destacou que, em 2018, a tendência era votar em um candidato “apolítico”, o que já começou a mudar nas eleições municipais. “Em 2020, tivemos uma mudança nesse panorama. As pessoas optaram por votar em candidatos que tivessem mais experiência em gestão pública. Isso vai se repetir e até aumentar em 2022. O eleitorado deve procurar um candidato que já tem experiência em gestão, Lula vem se destacando nas pesquisas de intenção de voto”, frisou.

***Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa**

Pacote de bondades para PMs e bombeiros

O governo do presidente Jair Bolsonaro quer aprovar um projeto que beneficia policiais militares e bombeiros estaduais, em um aceno a duas categorias consideradas estratégicas para o seu plano de reeleição neste ano. Aliados do Palácio do Planalto agem para votar a nova lei orgânica de PMs e bombeiros em março, concedendo um pacote de bondades a essa base no momento em que o presidente enfrenta queda de popularidade.

A nova articulação ocorre após o governo patrocinar um reajuste para policiais federais no

Orçamento de 2022, o que provocou pressão dos policiais militares. A proposta, inicialmente, tirava poder dos governadores sobre o comando das polícias, mas deve, agora, se concentrar em um pacote de benefícios para os militares nos estados, que formam o maior contingente de segurança pública no país.

Números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que só na ativa há 406 mil PMs e 56 mil bombeiros. No pacote em estudo pelo governo para consolidar o apoio das categorias, estão previstas a criação de novas

patentes e a possibilidade de policiais e bombeiros que se tornaram parlamentares voltarem à ativa, se não forem reeleitos. Há, ainda, a garantia de nomeação e promoção para investigados pela Justiça e mesmo para os que se tornaram réus.

A movimentação de militares desde que Bolsonaro tomou posse aumentou o temor sobre o uso político das PMs contra governadores. Um exemplo foi a pressão por reajustes salariais em vários estados, em 2020, que desembocou em um motim no Ceará. O controle das polícias militares e

dos bombeiros cabe aos gestores estaduais. A lei orgânica pode estabelecer políticas gerais, mas casos como revisão salarial ainda ficam sob o poder dos governadores.

A “bancada da bala” elegeu esse projeto como prioritário para este ano e quer aprovar o texto em março na Câmara e, na sequência, no Senado, a tempo da campanha eleitoral. Relator da proposta, o presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, deputado Capitão Augusto (PL-SP), retirou alguns pontos questionados. O texto ainda deve passar por revisão.

Reprodução/Twitter



Cúpula da Força se reuniu com Bolsonaro após atritos

a ideia foi descartada.

No sábado, Bolsonaro revelou que havia se encontrado com Nogueira e que estava “tudo resolvido”. Essa reunião também não constou das agendas

de ambos. “Não tem mudança. Pode esclarecer. Hoje, tomei café com o comandante do Exército. Se ele quiser esclarecer, tudo bem, se ele não quiser, está resolvido”, disse o presidente.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Perigo. Bolsonaro entrega a execução do Orçamento ao Centrão

Os anões do Orçamento eram um grupo de parlamentares baixinhos que controlavam as emendas parlamentares e engordavam suas contas bancárias. O esquema exigia influência para aprovar as emendas e conseguir que determinada empreiteira vencesse a concorrência da obra. Depois, a empresa repassava uma parte dos recursos para o parlamentar. Uma fração era destinada à campanha eleitoral; a outra, ao enriquecimento ilícito, como é da tradição patrimonialista. Àquela época, o caixa dois eleitoral era generalizado. O que distinguia o político honesto do desonesto não era a origem do dinheiro da campanha, era a formação de patrimônio com esses recursos.

Entretanto, em 1993, o Brasil vivia sob as regras de uma nova Constituição, o presidente Fernando Collor havia renunciado para evitar o seu impeachment e, em seu lugar, o vice Itamar Franco havia assumido a Presidência. O então senador Fernando Henrique Cardoso, seu chanceler, assumira a Fazenda e preparava o Plano Real. Com a Constituição de 1988 e a autonomia do Ministério Público, a realidade institucional já era outra, incompatível com o velho modelo de financiamento das campanhas eleitorais.

No Congresso, quem dava a palavra final sobre as emendas parlamentares ao Orçamento da União era o seu relator, deputado João Alves (PMDB-BA), que entendia de bilhetes premiados, mas tinha que recorrer aos conhecimentos técnicos de João Carlos Alves dos Santos, um funcionário da Câmara, que conhecia a mágica da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Numa crise de consciência, após confessar o assassinato da própria esposa, Ana Elizabeth Lofrano, Alves resolveu contar o que sabia sobre o Orçamento. Durante as investigações do homicídio, havia sido preso com US\$ 1 milhão em dinheiro vivo e 30 mil em notas falsas.

Formada para investigar o escândalo, a CPI do Orçamento descobriu que João Alves movimentava por mês 300 vezes o valor de seu salário de deputado, distribuía cheques aos parlamentares amigos e se jactava de ter ganho na loteria 56 vezes, só em 1993. Na verdade, comprava bilhetes premiados para lavar dinheiro. A CPI quebrou 395 sigilos bancários, 267 sigilos fiscais e 43 telefônicos; colheu 79 depoimentos, em 111 reuniões. Propôs a cassação de mandato de 18 parlamentares. Seis foram cassados e dois renunciaram, entre os quais, João Alves.

Onde mora o perigo

A jornalista Malu Gaspar, no livro *A Organização* (Companhia das Letras), nos revela como funcionava o outro lado do balcão. Em novembro de 1993, vizinhos desconfiaram da fumaça que vinha da mansão no Lago Sul onde vivia o então diretor de relações institucionais da Odebrecht, Airton Reis. Era um churrasco, porém, no banheiro da residência, as agentes da Polícia Federal encontraram caixas com atas e relatórios de reuniões. Cerca de 350 políticos eram citados na documentação.

A Odebrecht havia montado um lobby poderoso, que atendia parlamentares, prefeitos e governadores, sugerindo emendas, redigindo minutas de contratos e editais de licitação, captando recursos a fundo perdido e financiamentos para obras em estados e municípios. Segundo o relatório de desempenho de Airton Reis, no Orçamento da União de 1992, a Odebrecht havia emplacado 63 emendas, seis destaques e 20 subprogramas do seu interesse. No saldo final, isso representava US\$ 646 milhões, para 152 contratos, nos quais a empresa esperava faturar, realmente, em torno de 25%.

Por um erro do relator da CPI, Jose Paulo Bisol (PSB-RS), a empresa conseguiu se safar da CPI, que propôs outra investigação sobre as empreiteiras, que não saiu do papel. Depois do escândalo, os métodos da Odebrecht ficaram ainda mais sofisticados, como nos relata Malu Gaspar, ao longo de 639 páginas. A casa caiu com o escândalo da Petrobras, investigado pela Operação Lava-Jato, e o acordo de colaboração da empresa com o Ministério Público Federal, ao qual revelou seu esquema de “operações estruturadas”.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro entregou a execução do Orçamento da União ao ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), que passou a dividir o poder de distribuição de recursos federais com o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, cada vez mais enfraquecido no Palácio do Planalto e desgastado na Faria Lima. A distribuição de emendas parlamentares, principalmente do chamado Orçamento Secreto, as emendas do relator, já estavam sob controle de outro cacique do Centrão, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Nunca os parlamentares da base do governo manipularam tantos recursos como agora. Alguns fazem questão de dar ampla divulgação à liberação dos recursos nas suas bases eleitorais, mas R\$ 16,2 bilhões correspondem às emendas do relator, cujos verdadeiros autores permanecem no anonimato. É aí que mora o perigo.

Aparente paz com o Exército

» JORGE VASCONCELLOS

O Exército divulgou, ontem, que o comandante da Força, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, teve uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro (PL) na segunda-feira. Esse foi o segundo encontro entre os dois depois que o chefe do governo se irritou com uma diretrix do militar para a vacinação da tropa contra a covid-19.

A reunião de segunda-feira não constou das agendas de ambos e só agora foi divulgada, no site do Exército e em redes sociais da corporação. A publicação informa que “foram tratados assuntos referentes aos Projetos Estratégicos do Exército e outros assuntos de interesse da Força”.

Na reunião, no Palácio da

Alvorada, também estavam presentes o chefe do Estado-Maior do Exército, general Marcos Antonio Amaro, e o comandante de Operações Terrestres, general Marco Antônio Freire Gomes.

Na semana passada, uma recomendação do Comando do Exército para que militares se vacinem para o retorno ao trabalho presencial e a proibição sobre a disseminação de fake news irritou Bolsonaro. O documento foi assinado por Nogueira.

Na sexta-feira, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, reuniu-se com representantes das três Forças e expôs a contrariedade de Bolsonaro com a diretrix do general. Chegou a ser discutida a divulgação de uma nota esclarecendo que a vacinação não é uma obrigação nem condição para o retorno ao trabalho, mas